

Lutas e resistências na América Latina hoje*

Eliel Machado**

Sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes.

K. Marx, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*

Resumo: Neste artigo tratamos, fundamentalmente, do protagonismo político dos chamados “novos” movimentos sociais, pois, embora não se confrontam diretamente com o capital, têm assumido a dianteira do processo de resistência à implantação das políticas liberalizantes em praticamente todo o subcontinente latino-americano nos anos 1990.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Lutas sociais; América Latina.

A crise política e ideológica por que passa o proletariado latino-americano não tem significado ausência de lutas. Ao contrário, as lutas sociais desencadeadas na atualidade têm sido protagonizadas por setores populares que se encontram “fora” das relações capitalistas de produção, ou seja, os principais embates políticos dos anos 1990, em praticamente todo o subcontinente, não têm sido levados a cabo pelo proletariado “tradicional”.

Esta mudança do tipo de “ator” tem provocado um “rebuliço” teórico e político incrível, pelo menos entre os intelectuais ocupados com projetos populares anti-sistêmicos: do ponto de vista teórico, obriga-nos a (re)pensar a luta de classes a partir de protagonistas que não confrontam o capital diretamente, mas o Estado burguês. Em relação à segunda questão, estes movimentos teimam em fazer luta de classes em outros moldes, diferentes dos do proletariado mais tradicional. Se o proletariado tinha, potencialmente, capacidade de paralisar a produção e a reprodução do capital, os “novos”

* Este texto é uma versão modificada de um artigo publicado originalmente na revista *Lutas Sociais*, nº 15/16, sob o título *Mal-estar da democracia na América Latina: lutas e resistências hoje*.

** Departamento de Ciências Sociais (Universidade Estadual de Londrina), coordenador do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina) e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

sujeitos somente confrontam o capital indiretamente ao questionarem as formas de propriedade burguesa. Estes sujeitos, portanto, não sendo capazes de paralisar a produção do capital, atingem-no, por exemplo, ao bloquearem estradas, pontes, ruas, ocuparem latifúndios etc. Se o proletariado reivindicava do capital, em geral, melhores salários, redução da jornada de trabalho e melhorias das condições de trabalho, os “novos” protagonistas lutam por meios de produção sob controle dos trabalhadores, ou seja, pela formação de cooperativas de produção, comercialização e serviço.

Não ocorreu, portanto, somente uma mudança nas formas de luta, o alvo também mudou: os “novos” sujeitos reivindicam do Estado, e não diretamente do capital, o atendimento aos seus interesses. Isto coincide com um momento histórico no qual o Estado suprime direitos sociais conquistados historicamente, o que na vulgata neoliberal é chamado de “Estado mínimo”, quando sabemos que, para o capital, ele é “máximo”. Em geral, o Estado tem atendido prioritariamente aos interesses do capital financeiro (nacional, internacional e associado), em detrimento das reivindicações dos trabalhadores (empregados e/ou desempregados).¹

Ainda que muitos movimentos sociais se apresentem no cenário político e ideológico latino-americano como anti-sistêmicos, e reivindiquem, portanto, a superação das dificuldades inerentes à acumulação capitalista, não se deve perder de vista as bases materiais sobre as quais sustentam suas lutas e o desenvolvimento dessas bases depende do grau de desenvolvimento do próprio capitalismo. É claro que os sujeitos protagonistas das lutas não são agentes passivos do processo e, além disso, precipitam situações políticas e ideológicas que, muitas vezes, não têm ressonância em suas próprias bases sociais. Apoiando-nos teoricamente nas discussões empreendidas por Marx, ao analisar as causas que tornaram impossível as revoluções do século XIX pelo proletariado francês, ele sugere que na França o capitalismo ainda não estava totalmente desenvolvido e, menos ainda, o proletariado (MARX, s/d,

¹ Embora na década de 1990 se tenha observado a predominância de um protagonista “marginal” da relação capital/trabalho, isso de forma alguma supõe que o trabalho assalariado desapareceu. Ou seja: “A pesar de la crisis por la que atraviesa desde hace dos décadas, el movimiento obrero no es una fuerza histórica en extinción. Sin duda perdió la centralidad sociológica y simbólica característica de la época fordista. Su ‘brillo’, ligado al imaginario heroico del proletariado industrial, ha desaparecido. No es el único actor del conflicto social ni la vanguardia de la lucha por la auto-emancipación de los dominados. En todo caso la cuestión de la ‘hegemonía obrera’ no se plantea más en esos términos. Este actor mantiene no solamente una capacidad de perturbación anticapitalista sino también la capacidad de reivindicación y de positividad de sus propios objetivos, como lo manifiesta la relativa renovación sindical en curso a la largo de último período” (VAKALOUIS, 2000, p. 161).

p. 119-120). Isto é: subtraímos dessas análises uma questão de fundo, qual seja, a de que o desenvolvimento do proletariado está condicionado ao desenvolvimento da burguesia industrial e um dos parâmetros para medir o grau de desenvolvimento do proletariado é sua capacidade política de se organizar nacionalmente. Quando nos voltamos para a análise da realidade concreta, temos que ficar atentos para quais movimentos sociais latino-americanos se encontrariam organizados nacionalmente.

Com esta rápida digressão teórica, pretendemos apenas traçar algumas questões que envolvem as lutas e resistências das classes populares latino-americanas: organizadas política e ideologicamente em movimentos sociais, têm uma base social ampla e heterogênea, constituída principalmente por desempregados, subempregados e empregados das cidades e do campo; mas, também, assumem características diferentes dos tradicionais movimentos operários, pois alguns mesclam outros elementos que vão além da relação direta capital/trabalho. Ao lado, portanto, das condições sociais de existência, estes movimentos discutem e reivindicam questões relacionadas à etnia, relações de gênero, ecologia etc. Nesse sentido, poderíamos citar, entre outros, o movimento zapatista: integram-no, primordialmente, índios de várias etnias, mas também subempregados e/ou desempregados. Além do desemprego e da pobreza, os zapatistas têm de lidar com questões ligadas à etnia. Ou, se quisermos inverter, além dos problemas étnicos, são obrigados a lidar com a precarização do trabalho e o desemprego.

Este processo de proletarianização ampliado nos leva a pensar os limites e alcances das lutas populares latino-americanas com instrumentais teóricos diferentes daqueles dos movimentos operários tradicionais.²

O refluxo do movimento operário nos anos 1990 veio acompanhado do impulso dos chamados “novos” movimentos sociais, do processo de democratização e da implantação do neoliberalismo, em praticamente todo o subcontinente latino-americano.

Desde logo, sabemos que o discurso neoliberal ganha força com a crise capitalista mundial, de meados dos anos 1970, quando a recessão econômica tomou conta, inclusive, dos países de capitalismo avançado. Essa *débâcle* do keynesianismo – no caso dos países do Primeiro Mundo – fortaleceu

² No mínimo, temos que levar em consideração que o embate com o capital assume várias frentes e não exclusivamente uma única: inclui, portanto, os sujeitos que se defrontam direta ou indiretamente com o capital, mesmo quando os protagonistas sejam aqueles “marginais” do núcleo duro da relação capital/trabalho. Ou seja: inclui também aqueles que se confrontam mais diretamente com o Estado burguês.

o projeto neoliberal, com as eleições de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos: ambos se empenharam ferozmente em colocar em prática as políticas liberalizantes e, por meio delas, dismantelar o que ainda restava do “estado de bem-estar social”.

Como a democracia em si mesma nunca foi um valor central do neoliberalismo (ANDERSON, 1995), então não havia nenhum problema que suas experiências fossem aplicadas no Chile sob a ditadura de Pinochet, tornando-o como pioneiro do ciclo neoliberal de maneira dura, com desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos. Mas,

a virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes (ANDERSON, 1995, p. 20-21).

Nos últimos anos, o subcontinente latino-americano viu-se convulsionado por rebeliões populares, greves, motins, bloqueios de estradas, ocupações de terra, massacres de desempregados etc. Isto é, a democracia instaurada juntamente com o projeto neoliberal vêm produzindo fortes tensões sociais. Em países dependentes como os nossos, o neoliberalismo desfavorece a estabilidade política. Senão vejamos:³

Na Argentina, a implantação do projeto neoliberal pode ser observada, com mais clareza, a partir das duas eleições consecutivas de Carlos Saúl Menem, do partido peronista. Este é um fato da maior relevância, pois até mesmo o peronismo acabou se rendendo ao neoliberalismo: em 1991, o ministro das finanças, Domingo Cavallo, lançou o *Plano de Convertibilidad*, atendendo às recomendações do FMI, e impulsionou uma acelerada privatização do patrimônio público que “fortalece ainda mais o poder econômico local, dos bancos credores (como o Citibank ou o Morgan) e

³ Devido às limitações de espaço, abordaremos, sumariamente, os seguintes países: Argentina, Brasil, México, Equador, Bolívia, Venezuela e Uruguai, com ênfase nos anos 1990.

também a presença de importantes capitais europeus e norte-americanos” (QUINTAR; ARGUMEDO, 2000, p. 46). Os principais objetivos do Plano eram: reduzir os gastos do Estado, retirar sua participação e sua tutela da economia, abrir o país à competição internacional.⁴

Os resultados da política econômica do governo Menem não demoraram a aparecer: referimo-nos às taxas de desemprego. Em maio de 1995, na região metropolitana da Grande Buenos Aires, era de 20,2%; em maio de 1996, 18%; e, em maio de 2002, 22%. Contudo, na região metropolitana da Grande Rosário (Província de Santa Fé), em maio de 1997, chegou a 26,8%.⁵

Diante de um quadro econômico sobremodo desfavorável a amplas camadas populares, o território argentino foi cenário de grandes manifestações ou rebeliões populares, conhecidas como *puebladas*.⁶ O ápice das manifestações populares que tomaram conta da capital, em dezembro de 2001, foi o refrão ecoado pela multidão na Plaza de Mayo, sede do governo federal: *¡Qué se vayan todos! ¡Que no quede ni uno solo!* E, DeLa Rúa se foi, levando consigo Cavallo.⁷

Pode-se dizer que o ingresso do Brasil na era neoliberal se iniciou,

⁴ Vale lembrar: o processo de concentração e centralização do capital no país chega a estarrecer. Segundo Ferrer, no faturamento total das primeiras 500 empresas industriais, as filiais estrangeiras aumentaram sua participação de 33,6% a 51% entre 1990 e 1995. Por sua vez, o setor bancário internacional foi um dos maiores beneficiados no governo Menem: 40% do sistema passou a ser controlado por bancos estrangeiros que representa o dobro da praticada no Chile e México e quatro vezes maior em relação ao Brasil (FERRER, 2001, p. 93-94). Além dos banqueiros, o capital externo foi amplamente contemplado no setor petrolífero com a privatização da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales): a Repsol, empresa espanhola, controla 51% da produção de petróleo, 45,7% do gás e 2.350 estações de serviço que comercializam mais de 50% de combustíveis (FUCHS; VÉLEZ, 2001, p. 191).

⁵ Dados obtidos do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de la República Argentina (INDEC): www.indec.gov.ar. Devemos atentar para o seguinte: nestes dados não estão computados os índices referentes à taxa de subemprego que, evidentemente, elevam ainda mais estes percentuais.

⁶ A mais conhecida de todas, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, sintetiza e exemplifica os resultados de uma década de neoliberalismo e de manifestações populares: trata-se das *puebladas* de Santiago del Estero, Cutral Co, Plaza Huincul, Tartagal, General Mosconi etc. Nelas foi forjado o principal instrumento de luta dos desempregados argentinos: o *piquete*, com bloqueios de rodovias, estradas, ruas e pontes.

⁷ Fernando De La Rúa (2000-2001) foi eleito com um discurso de oposição à política econômica de Carlos Menem (1989-1999), mas, no governo, manteve a mesma política menemista. Entretanto, o continuísmo de sua administração não durou muito tempo: o “argentinazo” de dezembro de 2001— grande mobilização popular nas ruas de Buenos Aires —, obrigou-o a renunciar ao seu mandato.

em 1990, com a eleição direta do presidente Collor de Mello. Entretanto, foi durante os dois mandatos do governo Cardoso (1995-1998; 1999-2002) que o projeto neoliberal ganhou força, principalmente com a implantação do Plano Real que, ao concentrar riqueza, aumentou a miséria, por meio da contenção dos gastos públicos, reforma tributária, regime cambial dolarizado, liberalização comercial e financeira, fim dos subsídios às importações, privatizações etc. (FILGUEIRAS, 2001, p. 95-96).

Quando analisamos o governo Cardoso (1995-2002), notamos práticas políticas amplamente favoráveis à concentração do capital financeiro internacional, nacional e associado. As frações hegemônicas, ligadas ao capital bancário nacional e financeiro internacional, tiveram (e têm) seus interesses resguardados e respaldados pelo Estado. Segundo Bortoni e Moura (2002, p.19), “a ajuda que o Banco Central deu a bancos em dificuldades a partir de 1995 pode ter custado 12,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1999, o equivalente a 111,3 bilhões de reais”. Em outras palavras: entre 1995 e 1998, foram desnacionalizados 28 bancos, isso sem contar que, depois desse período, outros tantos foram privatizados, como o caso do Banespa. Como resultado desse processo,

o capital externo passou a participar com 18% do número de agências e dos depósitos, 25% do patrimônio líquido e dos ativos totais bancários. Entre os vinte maiores bancos privados, nove já são estrangeiros e, entre os dez maiores, ocupam o sexto e o nono lugares, podendo atingir o segundo quando comprarem o Banespa. Também com os negócios das *alienações* de bancos (públicos ou privados), os escândalos ocorreram. Por exemplo, com o governo obrigando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil a “comprar” as carteiras hipotecárias e imobiliárias vencidas (e *podres*) dos bancos vendidos [grifos do autor] (CANO, 1999, p. 269).⁸

Há ainda uma outra fração do capital, voltada à exportação agrícola, que se tem beneficiado das políticas neoliberais: trata-se da fração *agropecuária*.

⁸ Sabemos, todavia, que o favorecimento estatal às classes dominantes no interior do bloco no poder não ocorre da mesma forma entre todas frações. Ponderamos que a fração ligada ao capital financeiro internacional foi (e continua sendo) a maior beneficiária com as políticas econômicas implementadas durante, pelo menos, as décadas de 1990 e 2000. Nesse sentido, ela se constitui, politicamente, a fração hegemônica no seio do bloco no poder. Quanto ao capital bancário nacional, entendemos que se beneficiou destas políticas, mas seu apoio ao projeto neoliberal não é incondicional, isto é, pressupõe um controle interno à entrada de capital estrangeiro do “setor financeiro” (SAES, 2001, p. 131).

Com a implantação do Plano Real, em fins de 1993, houve uma intensificação da mecanização da agricultura, maior uso de fertilizantes e pesticidas, “formas mais eficientes de plantio (como o plantio direto, por exemplo), sementes selecionadas para tornar as plantas mais produtivas e precoces, plantio de duas safras anuais para algumas culturas, inseminação artificial, expansão de pastagens plantadas etc.” (CANO, 1999, p. 271).

Enquanto o Estado organiza os diferentes interesses políticos das classes e frações dominantes do bloco no poder, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem-se destacado no cenário das lutas populares brasileiras pelas ocupações de latifúndios e através de suas marchas locais e nacionais. Conforme dados obtidos do próprio movimento, em 2000 havia 240 mil famílias assentadas e 80 mil acampadas. Mas, tudo isso tem um preço, muitas vezes alto na luta contra a ordem neoliberal: trabalhadores rurais presos, entre 1989 e 2001, 2.170, sendo 948 entre 1994 e 2001, no governo Cardoso; trabalhadores assassinados: de 1980 a 2003 foram 1.671; entre 1994 e 2002, no governo Cardoso, 323.⁹

No México, o neoliberalismo ganha força com o governo de Miguel De La Madri (1982-1988). A primeira medida governamental nesse sentido foi o chamado processo de “desincorporação” de empresas públicas, com a extinção, fusão, liquidação e venda das empresas estatais aos empresários nacionais e estrangeiros. No final de seu governo, cerca de 30% delas foram vendidas.

Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), sucessor de Miguel De La Madri, assinou o Tratado de Livre Comércio com a América do Norte, deixando claro o engajamento do país aos propósitos neoliberais. Pode-se dizer que, com isso, o México aderiu a uma “política de integración subordinada al imperialismo norteamericano” (VEGA, 2000, p. 2). Os resultados desse processo são nitidamente desfavoráveis ao país: “Se continuó incrementando, aunque en menor proporción, la deuda externa pública y total, la inflación creció 15,9% promedio anual; el Producto Interno Bruto creció aproximadamente el 3% en promedio en el sexenio y el salario mínimo real siguió perdiendo parte de su poder adquisitivo, en este caso casi el 24%

⁹ Dados disponíveis no sítio do MST: www.mst.org.br/biblioteca. Algumas informações ajudam a entender a força do movimento: segundo Mauro (1999, p. 94), oito milhões de hectares de terra estão, virtualmente, sob o controle dos sem-terra. Além das ocupações de fazendas, o MST tem se destacado na organização de marchas nacionais, como a ocorrida em 1999, entre 26 de julho e 7 de outubro, a Marcha Popular pelo Brasil, cujo lema “terra, trabalho e democracia” mobilizou mais de 100 mil pessoas.

durante el sexenio, es decir, que en 12 años había perdido cerca del 66%” (VEGA, 2000, p. 2).

Para uma compreensão mínima da luta dos zapatistas, que mescla questões étnico-culturais, políticas, sociais e econômicas, devemos ter presente o processo de abertura econômica do país nos anos 80 e 90, que não resguardou nem seus recursos estratégicos nem o próprio território nacional: “La modernidad que llegaba a nuestras tierras con el neoliberalismo y el Tratado de Libre Comercio tornaba igualmente obsoletos los conceptos de soberanía, identidad nacional y nación” (CECENÁ, 1996, p. 5).¹⁰

Nesta escalada impressionante de manifestações populares e movimentos sociais sob regimes democráticos latino-americanos, não podemos deixar de mencionar as insurreições bolivianas: a “Guerra del agua” e a “Guerra del gas”. A política neoliberal do governo boliviano, como de resto da América Latina, está ancorada nas privatizações dos serviços públicos e na mercantilização das terras. Segundo Tapia, as privatizações ocorrem pela passagem das empresas públicas às empresas transnacionais, processo chamado de “capitalización”. Cochabamba e Altiplano se constituíram nos principais territórios de lutas e resistências:

Por un lado la “Guerra del Agua” en Cochabamba, dirigida a expulsar a una empresa transnacional (Aguas del Tunari, un consorcio creado por capitales de EEUU, Italia, España y Bolivia) y, por otro, los bloqueos de las comunidades campesinas e indígenas en el Altiplano paceño. Ambas protestas se enfrentan al proyecto de la ley del agua y a ciertos aspectos de la ley INRA (Instituto Nacional de Reforma Agraria) que regula la propiedad y el mercado de tierras (TAPIA, 2000, p. 3).¹¹

Esta “guerra” foi levada a cabo pela população de Cochabamba que, em abril de 2000, se levantou contra a privatização e resolveu manter a cidade tomada até que a lei “privatista” fosse revogada: “O polêmico contrato, entre as autoridades do país e a multinacional americana Bechtel Corp,

¹⁰ A título de ilustração, alguns dados socioeconômicos sobre o México: de acordo com a CEPAL, em 2002, os domicílios abaixo da linha da pobreza estavam em 32% e da linha de indigência representavam 9,1%. Dados disponíveis no sítio: <http://www.eclac.cl>.

¹¹ Em Cochabamba, a política antidroga imposta pelos Estados Unidos aos campesinos mais pobres, produz vulnerabilidade econômica, deslocamento da força de trabalho, além de exacerbar a recessão econômica (VARGA; KRUSE, 2000, p. 8). Por sua vez, a privatização de serviços básicos, como o fornecimento de água, faz parte das políticas do Banco Mundial, para quem a água é um bem escasso e, de acordo com sua lógica mercantil, deve-se “promover políticas de *full cost recovery*, es decir, transferir al usuario el costo total de provisión de agua” (VARGA; KRUSE, 2000, p. 8).

aumentou dramaticamente o preço da água (400%) e não garantiu o abastecimento nas comunidades rurais e indígenas” (POLET, 2003, p. 230).

Em 2002, presenciamos uma outra rebelião popular na Bolívia: a “Guerra del gas”. Nesta, o enfrentamento entre populares e o exército deixou um saldo de mais de 50 mortos, centenas de feridos e a renúncia do presidente Sánchez de Lozada. Sob o estribilho “*Fusil, metralla, el pueblo no se calla*”, os operários e camponeses, comandados principalmente pela Central Obrera Boliviana (COB), repudiaram veementemente a privatização da exploração do gás natural. Como afirma Galeano (2003), esta guerra foi uma verdadeira explosão de gás: “Eso fue el alzamiento popular que sacudió a toda Bolivia y culminó con la renuncia del presidente Sánchez de Lozada, que se fugó dejando tras sí un tendal de muertos”.

O cenário de crise social, política e econômica venezuelano remonta antes do golpe de 11 de abril de 2002. Mais precisamente, faz 20 anos que o país está submerso na recessão econômica e convive com o aumento da desigualdade social e a péssima distribuição de renda. As tensões sociais e políticas na Venezuela apontam para um quadro não muito otimista: mesmo depois da vitória eleitoral no plebiscito de agosto de 2004 que confirmou Hugo Chávez na presidência do país, os Estados Unidos não param de acusá-lo de ditador e aliado de Cuba. Quer dizer, seguem apostando na desestabilidade política do país e, por outro lado, fortalecido nas urnas, o governo promete seguir adiante com a *revolución bolivariana*.¹²

O presidente Chávez procura recuperar o papel do Estado, através do seu Ministério da Energia, como o lugar de formulação e elaboração da política petrolífera. Este, sem dúvida, é um dos pontos, senão o principal, que contraria o receituário neoliberal local e internacional. Os conflitos entre o governo e a PDVSA ultrapassaram os limites governamentais, na medida em que seus diretores se colocaram à margem da lei, desacataram decisões judiciais que caracterizaram as “greves” em 2002 como *lockout*. A questão toda, portanto, é que se está jogando com a possibilidade de que uma corporação desse porte possa ter poder de veto sobre o governo de um Estado constitucional. Além disso, não se deve menosprezar que as forças de

¹² No plebiscito houve um comparecimento massivo de mais de 70% de eleitores, dos quais quase 60% apoiaram a permanência de Chávez na presidência do país. De forma sumária, alguns pontos-chave da Revolução Bolivariana: “Essa experiência tão original e ousada, não se define como socialista. Sua meta é construir uma alternativa ao neoliberalismo com base num projeto nacionalista, democrático e popular. A dúvida que atormenta as consciências é se essa transição será possível na atual fase agressiva e regressiva do capitalismo globalizado” (BORGES, 2004).

oposição estão apoiadas em interesses internacionais diretamente ligados ao petróleo (MAYA, 2003, p. 59).

As políticas neoliberais no Uruguai são adotadas pelos governos eleitos posteriores à ditadura militar (Sanguinetti, Lacalle, Sanguinetti novamente e Batlle), uma vez que

fuieron promotores de ajustes fiscales regresivos, gestores de la consolidación de un patrón de crecimiento socialmente excluyente, y cultores, especialmente en caso de los dos gobiernos de Sanguinetti y en el de Lacalle, de la imagen de un elenco militar siempre acechante, ingrediente básico para el fracaso del referéndum contra la ley de impunidad de los militares en 1989. Imagen continuada en un contexto regional que contradictoriamente no admitía golpistas exitosos (FALERO, 2004, p. 45).¹³

Se por um lado os principais beneficiados daquelas políticas foram os setores financeiro e exportador, por outro, não se pode afirmar que os assalariados foram igualmente afetados. Ou seja: a adoção de políticas orientadas para o mercado ocasionou um processo de desindustrialização que acarretou na perda de mais de 66 mil postos de trabalho na indústria manufatureira, isto somente entre 1990 e 1998 (FALERO, 2004, p. 46).¹⁴

Vale a pena mencionar, todavia, a atuação política da central sindical *Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores* (PIT-CNT), devido à sua participação ativa na organização da primeira convocatória da *Concertación para el Crecimiento*, ocorrida no dia 16 de abril de 2002. O que chama a atenção, entretanto, é que conseguiu aglutinar em torno de 100 mil pessoas e, mais ainda, incluía uma heterogeneidade de setores do trabalho e

¹³ Nos anos 1980, ainda sob a batuta dos militares, ocorre uma explosão de movimentos populares, especialmente o sindical, estudantil e a FUCVAM, organização fundada na década de 1970, aglutina as cooperativas de moradia por ajuda mútua.

¹⁴ Os movimentos de resistência às políticas neoliberais são diversificados e heterogêneos: “Entre sus primeras manifestaciones está el caso de Paysandú, una ciudad con desarrollo industrial en rápido declive. Allí, a fines de mayo de 1997, una manifestación policlasista contra el rumbo de la hambruna producto de la construcción de un consenso social inédito se convirtió en el primer mojón de sucesivas movilizaciones. Igualmente otras ciudades comenzaron a tener inéditas movilizaciones que incorporaban además de asalariados, a pequeños y medianos comerciantes. Debe ponderarse adecuadamente este dato en función de que los ritmos de la política en muchos de esos lugares siempre habían sido pautados por los caudillos locales y una cultura que sin ser estrictos podríamos calificar de oligárquica” (FALERO, 2004, p. 49).

do capital. Isso sem dizer das ausências do setor importador, nucleado na Câmara do Comércio e dos representantes da Câmara da Indústria. Dos setores populares, estiveram ausentes, por exemplo, os representantes da FUCVAM. Mesmo assim, a tônica da manifestação foi uma crítica à política econômica vigente e, em consequência, reivindicou-se sua mudança.

Voltando ao ponto inicial deste artigo, quando afirmamos a existência de um protagonista político que só se confronta indiretamente com o capital, devemos ter em conta o alcance limitado de suas lutas frente à hegemonia do capital financeiro. Estes sujeitos não têm conseguido, até o momento, provocar uma crise política incisiva no bloco no poder e que resulte, portanto, em crise revolucionária. No Brasil, por exemplo, o capital financeiro continua a atuar livremente e os embates das classes populares têm sido insuficientes para colocar em risco a aliança política dos dominantes e, menos ainda, para fortalecer uma aliança entre os dominados.

À exceção da Venezuela – e talvez mais recentemente da Bolívia, com a eleição de Evo Morales –, os governos eleitos e/ou reeleitos, via sufrágio universal, têm sido respaldados popularmente na aplicação de políticas de Estado liberalizantes em detrimento daquelas de interesse das classes populares. Por sua vez, os setores que vinham desempenhando um papel mais combativo com essas políticas, como é o caso dos sem-terra no Brasil, refluíram com a eleição do governo Lula (2002-2006), diminuíram suas ações políticas e, por enquanto, “enrolaram” suas bandeiras vermelhas. O mesmo pode ser observado com os movimentos piqueteiros, na Argentina: desde a eleição de Kirchner, em 2003, “diminuíram” a combatividade dos tempos de Menem. Se naquela época não se traduziam em movimentos de amplitude nacional, com o refluxo relativamente recente, as chances são ainda menores. Do lado dos dominantes, o quadro é outro: as políticas liberalizantes têm-se intensificado e a barbárie neoliberal avança sobre todos os poros sociais ao mercantilizar os mais variados aspectos da vida social latino-americana.

O neoliberalismo não tem se mostrado nada propenso à promoção e/ou ampliação da democracia, pois ela tem se restringido à escolha dos governantes ou, como preferem os liberais, à eleição dos líderes que governarão. Este modelo de democracia restrita tem atendido, em geral, aos interesses da fração hegemônica e, ao mesmo tempo, tem dado legitimidade aos governos eleitos para a prática política discricionária. Apesar da persistência dos pleitos eleitorais, os governos eleitos, com raras exceções, têm tratado os movimentos populares como “casos de polícia”, uma verdadeira *criminalização*

da utopia.¹⁵

Se, de um lado, as democracias latino-americanas são limitadas, por outro, parece que o “estatismo autoritário” atende satisfatoriamente aos interesses do capital monopolista e oligopolista.¹⁶ Portanto, as possibilidades de as classes populares desnudarem o verdadeiro significado da democracia na América Latina estão colocadas: aproveitando-nos novamente das contribuições de Marx n’O 18 *Brumário*, o mesmo sufrágio que significou um avanço na luta do proletariado francês, num determinado momento dos embates de classe, voltou-se contra ele com a eleição de Luís Bonaparte. Ou seja: se os movimentos anti-sistêmicos querem pautar suas ações políticas com vistas à transformação social, devem estar atentos àqueles limites e lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês sempre procurará frustrar.

Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BORGES, A. A Revolução Bolivariana. *Círculo Bolivariano de São Paulo*, 2004. Disponível em: http://www.unidadepopular.org/altamiro_borges7.htm. Acesso em: 18 jul. 2006.

BORTONI, L.; MOURA, R. de. *O mapa da corrupção no governo FHC*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

CECENÁ, A. E. Universalidad de la lucha zapatista. Algunas hipótesis. *Revista Chiapas*, nº 2, 1996. Disponível em: <www.ezln.org/revistachiapas/ch2cecena.html>. Acesso em: jul. 2006.

¹⁵ Nos inquéritos policiais, é muito comum os movimentos serem acusados de “formação de quadrilha”, por exemplo.

¹⁶ No final dos anos 1970, Poulantzas afirmava que as democracias burguesas tendiam para o “estatismo autoritário”, no qual se mantém em vigência as regras eleitorais (sufrágio, eleições regulares) e, por outro lado, sufoca os mecanismos democráticos decisórios, como o Parlamento (POULANTZAS, 1990).

- FALERO, A. Sociedad civil y construcción de nueva subjetividad social en Uruguay: condicionamientos, conflictos, desafíos. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- FERRER, A. El capitalismo argentino. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FUCHS, J.; VÉLEZ, J. C. *Argentina de rodillas*. Terrorismo económico: de Martínez de Hoz a Cavallo. Buenos Aires: Tribuna Latinoamericana, 2001.
- MARX, K. *Obras escolhidas*: Karl Marx – Friedrich Engels. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. v.1.
- MAURO, G. MST: lutas e perspectivas. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (orgs.). *América Latina: história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.
- MAYA, M. L. Venezuela en la encrucijada. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 3, n. 9, p. 55-60, 2003.
- POLET, F. A água, desafio global do futuro, entre privatização e patrimônio comum da humanidade. In: AMIN, S.; HOUTART, F. (Org.). *Mundialização das resistências: o estado das lutas* 2003. São Paulo: Cortez, 2003.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- QUINTAR, A.; ARGUMENDO, A. Argentina: os dilemas da democracia restringida. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n.49, p. 35-61, 2000.
- SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- TAPIA, L. La crisis de abril. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 1, n. 2, p. 3-6, 2000.
- VAKALOULIS, M. Antagonismo social y acción colectiva. *Revista del Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 1, n.2, p. 158-164, set. 2000.
- VARGA, H.; KRUSE, T. Las victorias de abril: una historia que aún no concluye. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 1, n. 1, p. 7-14, 2000.
- VEGA, J. C. La crisis del neoliberalismo en México, balance económico y social. *Revista Teoría y Práctica*, n. 1. 2000. Disponível em: <www.geocities.com/teoriaypractica>. Acesso em: jul. 2006.